

zero.

www.zero.org

Programa de atividades 2024.

Direção da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável



Índice

- I. Introdução
- II. Sobre a ZERO
- III. Enquadramento da ação da ZERO
- IV. Objetivos Estratégicos 2024-2028
- V. Objetivos Anuais 2024
- VI. Recursos humanos
- VII. Monitorização e Revisão do Programa de Atividades



I. Introdução

A ZERO- Associação Sistema Terrestre Sustentável completou em 2023 oito anos de existência, motivo suficiente para olhar para o caminho já percorrido e perspetivar o caminho que se abre no futuro próximo. Em 2015 foi elaborada uma estratégia muito centrada nos, então, recentemente aprovados objetivos do desenvolvimento sustentável, com o horizonte temporal de 2030.

Num momento em que já trilhámos cerca de metade do caminho, os resultados não são animadores. O facto é que estamos muito longe de atingir a mesma parcela de avanços na concretização destes objetivos acordados pelos líderes mundiais e aclamados por quase todos.

A juntar a esta incapacidade de atingir os resultados desejados, vemos com pesar e consternação, forças poderosas a pôr em causa o que já foi atingido. Mesmo na União Europeia, que tantas vezes tem sido o bastião da promoção da sustentabilidade a nível mundial, não obstante as fortes limitações na sua concretização dentro do seu próprio espaço, vemos crescer uma onda de vozes que, através da manipulação da informação e de uma visão de curto-prazo, põem em causa a centralidade do tema ambiental e usam descontentamentos, pouco ou nada relacionados com esta causa, para fazer avançar a dar protagonismo à velha abordagem do crescimento como elemento base da sociedade e instigar antagonismos (por exemplo emprego vs. ambiente) que os últimos anos permitiram desconstruir.

Com eleições europeias à porta, os cenários que se desenham são muito preocupantes, prevendo-se um reforço da ala mais conservadora do Parlamento Europeu, uma das instituições europeias que mais tem lutado e contribuído para os avanços civilizacionais na UE. É um facto que não precisamos de esperar pelo resultado das próximas eleições para perceber o perigo que a deriva populista e conservadora que se desenha no futuro próximo pode ter para o nosso futuro comum como europeus e cidadãos do mundo. Esse impacto já se verifica e está bem espelhado nas recentes tomadas de posição por alguns grupos políticos no Parlamento Europeu, que têm vindo a fazer algo inédito na história desta instituição, que é enfraquecer e retirar a essência às propostas feitas pela Comissão Europeia na área ambiental, papel habitualmente desempenhado pelo Conselho Europeu.

Portanto, mesmo com o desenho atual, os últimos dois anos revelaram o que uma deriva conservadora pode fazer aos objetivos da sustentabilidade a nível europeu. Com o expectável reforço dessa deriva no Parlamento Europeu, ao que se junta o aumento do número de Governos de extrema-direita na Europa, o futuro não se afigura brilhante.

A tudo isto há ainda que juntar os conflitos armados que vêm expor a incapacidade da Humanidade para aprender com os erros do passado. Um deles, o que nos é geograficamente mais próximo, está a conduzir-nos à perspetiva de direcionar volumes significativos de investimento para áreas que muitos de nós desejaríamos que não fossem necessárias, como é o caso da indústria da defesa. Arrasta também com ele uma perçecionada ameaça existencial que dificulta a construção de uma perspetiva humanista e integradora. Um outro, expressa até que ponto conseguimos ser desumanos uns em relação aos outros e como conseguimos justificar os crimes mais hediondos através de “causas” e esquecer-nos de que é mais o que nos une do que o que nos separa.

E há ainda o que se passa do outro lado do oceano, com as eleições americanas no horizonte e o risco de ver, mais uma vez, o unilateralismo, a intolerância, as dicotomias ganharem terreno.

Não é um momento simples na história da Humanidade e logo quando a ciência nos indica com clareza, que estamos nos anos decisivos para determinar o futuro das gerações futuras, um legado pelo qual somos



responsáveis e que não pode ser relegado para segundo plano, na voracidade dos dias e da necessidade de acomodar os interesses do presente.

E é neste contexto que a ZERO se propôs definir uma estratégia de ação até 2028, definindo objetivos estratégicos transversais e temáticos. Este programa de atividades apresenta os objetivos anuais que irão contribuir para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos na Estratégia.

Este programa de atividades apresenta uma estrutura diferente por relação a anos anteriores, uma vez que se iniciará uma nova fase, onde se procura que exista maior clareza nos objetivos a atingir a cada ano, sendo que procurámos partilhar informação que permita aos Associados da ZERO ficarem com uma ideia clara do que a associação procurará alcançar em 2024.

Este programa resulta da cooperação entre os colaboradores – voluntários e profissionais – e membros dos órgãos sociais, pois só com o envolvimento daqueles que estarão na primeira linha da implementação das ações nele previstas, será possível ambicionar ao sucesso.

Prevê-se que seja feita uma monitorização semestral do andamento das atividades, procurando identificar desvios e potenciais obstáculos que possam fazer perigar o atingir dos objetivos estabelecidos no início do ano. Assim, este programa será alvo de uma avaliação contínua, feita quer pelos coordenadores de áreas temáticas em articulação com as suas equipas, quer pela Direção.

Com todos os desafios que se colocam e que procurámos deixar expressos neste texto, é com redobrada energia que a ZERO, através da definição de uma nova estratégia, procura estar à altura do momento na história que atravessamos.

É um facto que não será fácil, mas sabemos que temos ferramentas e recursos para contribuir, diariamente, para aquela que é a nossa visão, assente na ideia da construção de “um mundo justo e equitativo, onde o bem-estar das gerações presentes e futuras é assegurado respeitando os equilíbrios naturais do planeta e a vida em todas as suas formas”.



II. Sobre a ZERO

Quem somos

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável é uma organização não governamental de ambiente sem fins lucrativos, com utilidade pública e de âmbito nacional. Exerce a sua atividade com total independência relativamente aos partidos políticos, empresas e entidades com fins lucrativos, de natureza religiosa e ao governo. Foi criada no final de 2015, fruto do interesse comum de cerca de uma centena de pessoas pela defesa dos valores da sustentabilidade.

Tem como principal foco do seu trabalho a alteração das políticas públicas, tendo como objetivo último assegurar a mudança estrutural na sociedade que permita que a sustentabilidade se torne a norma.

Está organizada em cinco áreas temáticas, no âmbito das quais procura abarcar um alargado número de temas ambientais. As áreas temáticas são:

- Água e Oceanos
- Alterações Climáticas, Energia e Mobilidade
- Biodiversidade, Agricultura e Florestas
- Sociedades Sustentáveis e Novas Formas de Economia
- Solo e Gestão do Território

A nossa Visão

Um mundo justo e equitativo, onde o bem-estar das gerações presentes e futuras é assegurado respeitando os equilíbrios naturais do planeta e a vida em todas as suas formas.

A nossa Missão

Trabalhamos para tornar a sustentabilidade o elemento estruturante das políticas públicas, nacionais e internacionais, através do diálogo com os decisores políticos e com as empresas, da articulação com organizações congéneres e da pressão social. Mobilizamos a sociedade através da comunicação, da capacitação e da sensibilização.

Os nossos Valores

Independência - face a interesses que não se alinham com a nossa Visão.

Responsabilidade - equilibrando diferentes perspetivas, mantendo um espírito crítico e coerente, sem perder de vista a urgência da ação transformadora.

Rigor - ação baseada em conhecimento abrangente e, em particular, em conhecimento científico.

Transparência - explicitação clara dos objetivos, dos interesses que defendemos e das fontes de financiamento.

Integridade - utilização dos recursos disponíveis para os fins a que se destinam e respeito por valores e princípios éticos fundamentais.

Diálogo e cooperação - com todas as partes e intervenientes na sociedade.



III. Enquadramento da ação da ZERO

A par com a análise realizada na introdução deste documento, parece-nos também importante sublinhar alguns aspetos relacionados com a organização da ZERO, identificados no âmbito das avaliações internas que têm vindo a ser realizadas. Por um lado, temos disponível a análise SWOT realizada em 2022, por outro um conjunto de inquéritos realizados na fase preparatória do debate interno sobre a Estratégia ZERO 2024-2028.

Forças e oportunidades

Do lado das forças identificadas, a credibilidade e boa reputação da ZERO, decorrente da consistência do discurso, acutilância da intervenção e abrangência temática, transparência de atuação, competência técnica e científica, capacidade de diálogo e postura construtiva foi identificada como uma mais-valia. A capacidade técnica da sua equipa diversificada, a flexibilidade e confiança interna existentes e o alinhamento de valores entre todos os que colaboram – profissionais e voluntários – contribui de forma clara para a eficácia da ação da ZERO. Também o facto de estar integrada em redes europeias, que facilitam o acesso à informação, ao financiamento, reforça a capacidade de influência da ZERO, a par com uma rede de contactos sólida e diversificada.

Em termos de oportunidades, algumas das identificadas são hoje já menos claras, nomeadamente a crescente sensibilização do público e da atenção dos media para os temas trabalhados pela ZERO, enquanto se observa uma agudização dos problemas ambientais ligados à emergência climática, à crise energética, da biodiversidade e dos recursos. Sendo inegável que a consciência é hoje mais marcada, se tivermos como exemplo a recente campanha eleitoral para as eleições legislativas em Portugal e os desenvolvimentos mais recentes na definição de políticas europeias na área do ambiente e da sustentabilidade, ambos apontam, inequivocamente, para uma degradação da base de apoio para as posições da ZERO. Contudo, se conseguirmos ultrapassar um pouco o debate à superfície e adaptarmos em parte o nosso discurso, para sublinhar os benefícios sociais e económicos resultantes da transição necessária, as oportunidades continuam lá, ainda que exigindo um trabalho mais de fundo para delas retirar todo o seu potencial para a mudança estrutural desejada.

A progressiva cooperação com outras ONG, movimentos cívicos e organizações sociais, bem como a aposta na partilha de conhecimento, apostando em descomplicar o conhecimento para o público em geral, bem como na capacitação dos media para os temas em que trabalhamos podem abrir novas possibilidades de influência.

Fraquezas e ameaças

Considerando que onde há forças e oportunidades, há também o seu oposto – as fraquezas e as ameaças – há a sublinhar a grande diversidade de temas que pode resultar numa menor especialização e alguma compartimentação com menor abertura para sinergias. A isto associa-se também a dificuldade em assegurar financiamento para algumas áreas temáticas, o que pode levar a algum desequilíbrio temático.

A ZERO é uma organização que cresceu de forma muito significativa no seu curto tempo de vida, estando a sofrer algumas “dores de crescimento”, em particular com o aumento da complexidade da sua estrutura e dificuldade em garantir o inter-conhecimento sobre as intervenções que estão a acontecer nos diferentes temas e áreas.



Com o crescimento e alguma dispersão temática vem também o risco de burnout, devido à dificuldade na gestão do tempo e da quantidade de informação – excesso de trabalho e de tarefas decorrente da necessidade de assegurar as diferentes valências – técnica, financeira, comunicação.

Encontrar recursos humanos qualificados e que se enquadrem nas exigências de uma colaboração com a ZERO e ter capacidade de os reter a médio longo prazo, são também ameaças significativas à eficácia da sua ação, pois a cultura organizacional da ZERO requer um alinhamento de valores e formação específica, sendo, portanto, ainda mais relevante conseguir garantir a retenção dos talentos, entretanto angariados.

Um dos grandes desafios da intervenção da ZERO passa pelo facto de se focar muito na procura de influenciar as políticas públicas. Esta é uma área de trabalho, onde a longevidade dos processos de influência de políticas, a par com as barreiras encontradas à defesa das posições da ZERO, pode levar à desmotivação dos colaboradores e dos voluntários. Pode também implicar um importante investimento em termos de recursos que acaba por não ter retorno em termos de políticas concretas e mudança social concretizada.

Foi ainda identificado que existe alguma dependência de figuras chave, muito embora já se tenham dado passos no sentido de procurar diversificar as caras que aparecem em representação da ZERO.

A imprevisibilidade no contexto internacional, com as situações de guerra e os seus efeitos de subalternização das dimensões social e ambiental na sociedade e nas políticas, a par com as eleições nos Estados Unidos e, mesmo, as eleições europeias que ocorrerão em junho deste ano, introduzem um elevado grau de ameaça à concretização dos objetivos que a ZERO se propõe. Se associarmos a este contexto já de si desafiante, a impreparação de muitos dos decisores políticos em termos científicos e de cultura para o bem-comum e uma sociedade civil não muito exigente em termos de políticas públicas, com uma cultura ambiental ainda pouco conseqüente, é possível compreender a complexidade do contexto onde a ZERO terá de navegar em 2024 e em anos subsequentes. A este nível, será certamente muito importante tirar o máximo partido da legislação que já existe e que está, em muitos casos muito aquém do desejado em termos de implementação, visto não ser expectável que existam avanços muito significativos em 2024 no capítulo de novas propostas.

Uma potencial ameaça emergente pode ser a resultante das recentes ações controversas levadas a cabo por algumas organizações da sociedade civil em nome do ambiente, em particular da ação climática. Ainda que o desagrado que lhes está subjacente e que serve de justificação para o seu desenvolvimento seja compreensível, o facto é que estas ações podem levar ao desenvolvimento de um maior afastamento do movimento ambientalista e alimentar os discursos que procuram estimular os antagonismos.

O próprio ritmo a que a mudança está a ocorrer, com a procrastinação nos investimentos, no cumprimento das metas e nas decisões poderá conduzir a um resultado muito insatisfatório em termos do Cuidar do Bem-Comum.

Este é o contexto que se procurou ter em conta na definição da estratégia da ZERO para os próximos 5 anos – 2024-2028, tendo havido um esforço para tentar maximizar as oportunidades e as forças e reforçar a capacidade de responder às fraquezas e ameaças identificadas.



IV. Objetivos Estratégicos 2024-2028

No âmbito da reflexão estratégica iniciada no final de 2023, a ZERO definiu trinta e cinco Objetivos Estratégicos que reúnem o foco do nosso trabalho nos próximos 5 anos.

Os objetivos estratégicos estão organizados por objetivos transversais: Impacto-Geral, Financeiro & Angariação de Fundos, Gestão de Pessoas & Feedback, Organização Interna e Comunicação Externa e por objetivos de impacto das cinco áreas temáticas de intervenção da ZERO.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE) TRANSVERSAIS

A. Impacto | Geral

OE1 Ser considerada um parceiro chave para a definição e debate de políticas públicas nas áreas temáticas onde intervém junto dos poderes políticos, da comunicação social e dos parceiros sociais.

OE2 Melhorar o diálogo e a cooperação com diferentes parceiros a nível nacional e europeu.

OE3 Assegurar que o impacto da mobilização da sociedade tem representatividade territorial, geracional e social, através da formação a grupos com capacidade de amplificação da mensagem, da comunicação e da sensibilização.

OE4 Melhorar a capacidade de intervenção jurídica.

B. Área Financeira e Angariação de Fundos

OE5 Implementar um modelo de financiamento assente na diversificação das fontes de financiamento e que permita uma alocação de recursos que privilegie o trabalho de influência das políticas públicas.

C. Gestão de Pessoas & Feedback

OE6 Assegurar o bem-estar dos colaboradores e o seu compromisso com a ZERO.

D. Organização Interna

OE7 Assegurar a preservação do conhecimento no interior da organização.



E. Comunicação Externa

OE8 Até 2028, aumentar a notoriedade e reconhecimento do trabalho desenvolvido pela ZERO no seu setor, através do aumento de visitas ao portal e ao blog 1,5°C, do alcance das redes sociais e do aumento da mancha mediática.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE) TEMÁTICOS

F. Impacto | Áreas Temáticas

1. Sociedades Sustentáveis e novas formas de Economia

OE9 Promover um modelo económico e cultural onde o princípio da suficiência é o elemento base, de forma a garantir que as gerações futuras poderão satisfazer as suas necessidades, em respeito pelos limites planetários. Para tal, será fundamental a aprovação da Lei das Gerações Futuras, por uma larga maioria do Parlamento Português até 2028.

OE10 Colocar a economia portuguesa alinhada com o cumprimento das metas europeias na área da circularidade, nomeadamente as relativas à prevenção de resíduos; reciclagem de resíduos; reciclagem de embalagens; resíduos de equipamento elétrico e eletrónico; veículos em fim de vida, pilhas.

OE11 Promover políticas ativas de compras públicas sustentáveis em Portugal, desenvolvendo um trabalho a longo prazo tendo em vista a integração de critérios de sustentabilidade nesta atividade.

OE12 Contribuir para a redução da presença de substâncias químicas perigosas para o ambiente e para a saúde humana, através do reforço da legislação europeia e da capacitação dos cidadãos para que possam evitar a sua presença no quotidiano.

OE13 Acompanhar as negociações de acordos comerciais (legislação europeias) com o intuito de assegurar que os princípios da sustentabilidade são garantidos.

2. Clima Energia e Mobilidade

Clima

OE14 Ter Portugal alinhado com o 1,5°C do Acordo de Paris, i.e., numa trajectória de -60% de emissões em 2030, -55% de emissões em 2028, em relação ao ano de 2005.

Energia

OE15 Ter 90% de energia renovável no setor da electricidade em 2028.

OE16 Ter 49% de energia renovável no consumo de energia final do país em 2028

OE17 Alcançar a redução de pelo menos 35% no consumo de energia primária até 2028, em relação ao ano de 2005.

Mobilidade

OE18 Ter 23% de renováveis no consumo final de energia no setor dos transportes até 2028

OE19 Ter 35% de redução de emissões no setor dos transportes até 2028, em relação ao ano de 2005.



3. Solo e Gestão do Território

OE20 Atingir um balanço neutro de degradação do solo e recuperação de 100% dos solos degradados e contaminados a nível nacional.

OE21 Garantir que há uma redução líquida da área artificializada do solo, invertendo a tendência atual.

4. Água e Oceanos

OE22 Garantir que é alcançado o bom estado de 100 % das massas de água, superficiais e subterrâneas, conforme definido na Diretiva Quadro da Água.

OE23 Promover a eficiência hídrica nos vários sectores de atividade com vista a uma redução do consumo, per capita, de água em 20% até 2028.

OE24 Concretizar a antecipação, para 2026, da meta de criação de 30% de Áreas Marinhas Protegidas (AMP) e de conservação de, pelo menos, 10% das áreas costeiras e marítimas nacionais de forma estrita.

OE25 Efetivar a aplicação do princípio da precaução, implementando uma moratória à mineração em mar profundo aplicável a toda a Zona Económica Exclusiva e plataforma continental estendida.

OE26 Promover a Literacia do Oceano, nas comunidades escolares em particular e na sociedade em geral, por forma a capacitar e mobilizar os cidadãos para a ação em prol da conservação do oceano.

5. Biodiversidade, Agricultura e Florestas

OE27 Garantir a aplicação das medidas definidas na Lei do Restauro.

OE28 Acompanhar a implementação da política florestal e de prevenção dos fogos rurais.

OE29 Alcançar 50% dos Municípios com circuitos curtos alimentares colaborativos implementados, em que os alimentos são produzidos, comercializados e consumidos dentro da sua área geográfica, respeitando a sazonalidade e garantindo a obtenção de valor acrescentado para o território.

OE30 Integrar, no mínimo, 50% de alimentos produzidos em modo de produção biológico nas ementas escolares e de 75% na fruta escolar (desenvolvimento de metas progressivas bianuais até 2030).

OE31 Integrar proteína vegetal nas ementas escolares de forma que represente 25% do aporte proteico das refeições semanais (almoços/jantares) em todos os graus de ensino.

OE32 Conseguir que 5% das explorações agrícolas adotam práticas agroecológicas (técnicas de produção agrícola que copiem e otimizem os processos ecológicos que ocorrem nos ecossistemas naturais).

OE33 Aumentar a eficácia da Política pública de conservação da natureza e da biodiversidade

OE34 Incrementar a área de floresta biodiversa, multifuncional e resiliente em Portugal

OE35 Aumentar a eficácia da Política pública na área da Floresta



V. Objetivos anuais 2024

Neste capítulo são apresentados os objetivos anuais que a ZERO se propõe alcançar até ao final de 2024 e que os permitem trilhar o caminho para alcançar os Objetivos Estratégicos para 2028. Por isso, na sua maioria, estão enquadrados nos objetivos estratégicos agora definidos, mas não exclusivamente. Vamos dar continuidade a objetivos anteriormente delineados quer no âmbito de projetos a decorrer, quer enquadrados em diferentes áreas de trabalho da ZERO.

a. OBJETIVOS ANUAIS REFERENTES AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS TRANSVERSAIS

A. Impacto | Geral

Descrição OE	Objetivos Anuais
OE1 Ser considerada um parceiro chave para a definição e debate de políticas públicas nas áreas temáticas onde intervém junto dos poderes políticos, da comunicação social e dos parceiros sociais.	OA1.1 Sermos regularmente chamados para ser ouvidos desde a fase prévia da definição das políticas públicas - junto dos poderes políticos - proceder à monitorização para estruturar a baseline
	OA1.2 Sermos abordados pelos principais órgãos de comunicação sempre que haja notícias de fundo sobre matérias fundamentais da nossa área de intervenção - junto da comunicação social - proceder à monitorização para estabelecer um baseline
	OA1.3 Ser solicitada a nossa opinião, sermos convidados a reunir ou a fazer parte de parcerias ou coligações - junto de outros parceiros sociais - proceder à monitorização para proceder ao baseline

Descrição OE	Objetivos Anuais
OE2 Melhorar o diálogo e a cooperação com diferentes parceiros a nível nacional e europeu.	OA2.1 nível europeu: assegurar a participação efetiva (AG) e colaborativa (nos grupos de trabalho) da ZERO nas redes de ONG ou de outros parceiros da sociedade civil de que faz parte;
	OA2.2 A nível nacional: consolidar a intervenção do movimento ambientalista através de plataformas, iniciativas e projetos com outras organizações congéneres (C7; Animar; Centro Pinus; Almargem; Sciaena; movimento Alentejo Vivo).

Descrição OE	Objetivos Anuais
OE3	OA3.1 Implementar plano de dinamização de atividades para Associados



Assegurar que o impacto da mobilização da sociedade tem representatividade territorial, geracional e social, através da formação a grupos com capacidade de amplificação da mensagem, da comunicação e da sensibilização.	
	OA3.2 Aumentar n.º de Associados com quotas em dia
	OA3.3 Aumentar n.º de Associados Individuais para X
	OA3.4 Definir a estratégia de educação para a sustentabilidade ZERO
	OA3.5 Aumentar n.º de Associados Coletivos (AC) para X
	OA3.6 Assegurar funcionamento do modelo de acolhimento de voluntários.
	OA3.7 Aumentar a representatividade de Associados fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (incluindo ilhas)
	OA3.8 Incrementar o peso de Associados com menos de 30 anos
	OA3.9 Aumentar o número de projetos que envolvem jovens como target
	OA3.10 Realizar ações de formação para agentes multiplicadores na área da Economia Circular
	OA3.11 Assegurar que se monitoriza o universo de convites endereçados por entidades parceiras à ZERO (participação em eventos; conferências; solicitações de opiniões, etc.)

Descrição OE	Objetivo Anual
OE4 Melhorar a capacidade de intervenção jurídica.	OA4.1 Garantir o apoio jurídico à ZERO e aumento das ações legais enquanto estratégia da Associação.
	OA4.2 Reforçar a capacidade de conceção de propostas legislativas.



B. Área Financeira e Angariação de Fundos

Descrição OE	Objetivos Anuais
OE5 Implementar um modelo de financiamento assente na diversificação das fontes de financiamento e que permita uma alocação de recursos que privilegie o trabalho de influência das políticas públicas.	OA5.1 Implementar o processo de angariação e gestão do financiamento não concursal via mecenato <input type="checkbox"/>
	OA5.2 Garantir a fidelização dos mecenas atuais <input type="checkbox"/>
	OA5.3 Efetuar campanha de consignação de IRS <input type="checkbox"/>
	OA5.4 Definir a campanha de comemoração dos 10 anos da ZERO <input type="checkbox"/>
	OA5.5 Implementar MB WAY Solidário <input type="checkbox"/>
	OA5.6 Reforçar financiamento proveniente de crowdfunding <input type="checkbox"/>
	OA5.7 Participar na iniciativa 'Giving Tuesday' <input type="checkbox"/>
	OA5.8 Integrar o catálogo de beneficiários da GRACE - Associação Empresas Responsáveis <input type="checkbox"/>
	OA5.9 Criar orçamento anual por áreas temáticas e áreas estruturais <input type="checkbox"/>
	OA5.10 Otimizar a gestão da informação contabilística <input type="checkbox"/>
	OA5.11 Implementar uma metodologia mais célere de conferência dos documentos contabilísticos <input type="checkbox"/>

C. Gestão de Pessoas & Feedback

Descrição OE	Objetivos Anuais
OE6 Assegurar o bem-estar dos colaboradores e o seu compromisso com a ZERO.	OA6.1 Organizar o Encontro Anual da ZERO <input type="checkbox"/>
	OA6.2 Adotar estratégias e volumes de trabalho compatíveis com o bem estar e equilíbrio dos colaboradores (avaliar perceção através de inquéritos anuais). <input type="checkbox"/>
	OA6.3 Assegurar as competências técnicas necessárias para responder às necessidades nas áreas estratégicas da ZERO em défice (construção de um plano de formação que responda às necessidades). <input type="checkbox"/>
	OA6.4 Assegurar a partilha de conhecimento e experiência no seio da Associação, <input type="checkbox"/>



	de forma a apoiar o desempenho habitual de funções multivariadas (realização de ações de formação sobre temas transversais - gestão financeira; comunicação em público; estratégias de advocacy)	
	OA6.5 Melhorar dinâmica de comunicação inter-equipas	

D. Organização Interna

Descrição OE	Objetivos Anuais	
OE7 Assegurar a preservação do conhecimento no interior da organização.	OA7.1 Criar versão beta da Intranet ZERO	
	OA7.2 Definir normas e procedimentos internos	
	OA7.3 Implementar plano de eventos sustentáveis	
	OA7.4 Definir e implementar norma de boas práticas de cibersegurança	

E. Comunicação Externa

Descrição OE	Objetivos Anuais	
OE8 Até 2028, aumentar a notoriedade e reconhecimento do trabalho desenvolvido pela ZERO no seu setor, através do aumento de visitas ao portal e ao blog 1,5°C em 40%, do incremento do alcance das redes sociais em 75% (em média) e de seguidores em 45% (em média) e do aumento da mancha mediática em 10%	OA8.1 Promover momentos de partilha de conhecimento e networking com jornalistas	
	OA8.2 Aumentar cobertura mediática local	
	OA8.3 Melhorar desempenho das redes sociais	
	OA8.4 Dinamizar a criação de conteúdos para o Blog 1,5°C	
	OA8.5 Implementar melhorias de SEO no site da ZERO	
	OA8.6 Manter gravação do podcast ZONA ZERO	
	OA8.7 Assegurar plano mensal de conteúdos para redes sociais e blog	



b. OBJETIVOS ANUAIS REFERENTES AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS TEMÁTICOS

1. Sociedades Sustentáveis e novas formas de Economia

OE9 Promover um modelo económico e cultural onde o princípio da suficiência é o elemento base, de forma a garantir que as gerações futuras poderão satisfazer as suas necessidades, em respeito pelos limites planetários. Para tal, será fundamental a aprovação da Lei das Gerações Futuras, por uma larga maioria do Parlamento Português até 2028.

Áreas de Trabalho	Objetivos Anuais
Economia do Bem-estar	OA9.1 Coligação de diferentes stakeholders formada
	OA9.2 Organização de um debate com a presença da Sophie Howe em setembro
	OA9.3 Preparar uma proposta draft da lei sobre as gerações futuras
Suficiência	Conceber um projeto/candidatura sobre educação para a suficiência

OE10 Colocar a economia portuguesa alinhada com o cumprimento das metas europeias na área da circularidade, nomeadamente as relativas à prevenção de resíduos; reciclagem de resíduos; reciclagem de embalagens; resíduos de equipamento elétrico e eletrónico; veículos em fim de vida, pilhas.

Áreas de Trabalho	Objetivos Anuais
Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE) (1Jan – 31Ago 2024)	OA10.1. Campanha de sensibilização de entidades públicas para a criação de incentivo financeiro para a recolha de frigoríficos velhos aquando da entrega de um novo
	OA10.2. Sensibilização das entidades públicas para a realização de ações de fiscalização da gestão de REEE pelas entidades competentes (às operações de entrega de frigoríficos novos e recolha de velhos com recurso a GPS e aplicação das respetivas coimas)
Desenvolvimento de ações do projeto Resiauto relativas a 2024	OA10.3. Campanha de sensibilização para a recolha de óleos lubrificantes usados recorrendo a Mupis
	OA10.4. Campanha de sensibilização do Governo para a publicação da legislação ProSolos
Relatório sobre reciclagem de embalagens de plásticos mistos triadas em unidades de Tratamento Mecânico e Biológico	OA10.5. Conclusão do relatório sobre triagem de embalagens de plásticos mistos nas unidades de TMB e envio para reciclagem



Campanha contra a venda ilegal online de peças automóveis usadas	OA10.6 Sensibilizar a ASAE para a fiscalização da venda ilegal online de peças automóveis usadas
Realização de estudos sobre a gestão dos óleos alimentares usados (OAU) de origem doméstica em municípios com mais de 100 mil habitantes	OA10.7 Fazer levantamento da realidade da gestão de OAU em municípios com mais de 100 mil habitantes e propor possíveis melhorias
Campanha para a criação de um sistema de recolha e tratamento dos resíduos hospitalares perigosos de origem doméstica	OA10.8 Promover a publicação da legislação Unilex, com a criação de um sistema de Responsabilidade Alargada do Produtor (RAP) para a gestão dos resíduos hospitalares perigosos de origem doméstica
Campanha para o aumento do valor da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) paga pelo incumprimento das metas das licenças das Entidades Gestoras de Fluxos Específicos de Resíduos (EG)	OA10.9 Promover a concretização do aumento da TGR
Regime jurídico dos CIRVER e resíduos industriais perigosos (RIP)	OA10.10 Promover a publicação de legislação pretendida sobre resíduos industriais perigosos
Recauchutagem de pneus no Estado (1mar. 2024 – 1mar. 2028)	OA10.11 Campanha para que viaturas pesadas e todo-o-terreno, pertencentes aos diferentes organismos do Estado (ex.: Exército, GNR, etc.) e da Administração Local, passem a utilizar pneus recauchutados - integração de critérios nos concursos públicos.
Desvio de pneus usados da incineração para a reciclagem (17julho. 2023 – 1nov. 2024)	OA10.12 Fazer um teste de desvulcanização de pneus de forma a avaliar a possibilidade de redução da valorização energética de pneus usados em Portugal
Monitorizar o cumprimento das metas de preparação para reutilização e reciclagem (PRR)	OA10.13 Monitorizar qualidade dos dados de RU
	OA10.14 Monitorizar o cumprimento das metas de preparação para reutilização e reciclagem (PRR)
	OA10.15 Monitorizar a implementação do dashboard
Adequação das verbas disponíveis ao cumprimento das metas	OA10.16 Promover a construção de um modelo financeiro para a alocação de fundos baseada em função da obtenção de resultados (outcome based)
	OA10.17 Promover a prevenção do desequilíbrio financeiro das entidades gestoras (municípios e SGRUs)
Biorresíduos (Fork-to-farm, desperdício alimentar)	OA10.18. Avaliar o desempenho da gestão em baixa dos biorresíduos (recolha seletiva e tratamento na origem)



	OA10.19. Promover as soluções de compostagem doméstica e comunitária para o tratamento na origem dos biorresíduos
	OA10.20. Promover um projeto piloto de utilização de sacos compostáveis na recolha de biorresíduos
	OA10.21 Promover o diálogo entre stakeholders para viabilizar a gestão de biorresíduos não domésticos
Têxteis	OA10.22 Promover a aplicação da RAP para os resíduos têxteis e calçado
	OA10.23 Promover projetos piloto de recolha seletiva para reutilização de têxteis e calçado
	OA10.24 Monitorizar a implementação da recolha seletiva de têxteis e calçado
Volumosos	OA10.25 Promover a aplicação da RAP para os resíduos volumosos // Advocacy caso o Unilex não seja promulgado
Sistemas de alta eficiência	OA10.26 Promover a recolha porta-a-porta dos RU, com sistemas de identificação do utilizador, tarifários PAYT
	OA10.27 Avaliar a eficácia dos PAPERSU no âmbito das metas obrigatórias
	OA10.28 Promover a alteração dos regulamentos municipais
	OA10.29 Promover soluções de alta eficiência para sistemas insulares
Zero Waste Cities & Businesses	OA10.30 Promoção da certificação ZW Cities



	OA10.31 Promoção da certificação ZW para eventos
	OA10.32 Promover a aplicação de critérios ambientais nos sítios UNESCO (urbanos e reservas da biosfera)
Redução da produção de resíduos em 10% até 2028 (tendo por referência o ano de 2015)	OA10.33 Advocacy em torno da definição de metas a nível europeu
	OA10.34 Avaliar a situação de base em termos de reutilização em Portugal
	OA10.35 Promover a reutilização
	OA10.36 Promover a compra a granel
	OA10.37 Promover a reutilização no âmbito da menstruação sustentável
	OA10.38 Promover uma parceria para a reutilização de embalagens no setor do vinho
	OA10.39 Acompanhar desempenho dos primeiros repair-cafés em Portugal
	OA10.40 Acompanhar início da implementação do projeto LIFE TA-R Food Connect
Trabalho sobre o amianto	OA10.41 Promover a revisão das normas
	OA10.42 Avaliação da situação da presença de amianto em Alverca
	OA10.43 Assegurar a resposta a dúvidas colocadas à ZERO sobre amianto
	OA10.44 Estabelecer um projeto piloto com uma CM para dar apoio às pequenas remoções de amianto de particulares
	OA10.45 Definição de estratégia para eliminar RCDA nas praias de Cruz Quebrada e Dafundo
Política Pública - SIGERU	OA 10.46 Avaliação do desempenho do sistema de retoma de embalagens de pesticidas - SIGERU
Política Pública - Relatório água e resíduos	OA 10.47 Analisar o Relatório Anual do Setor das Águas e Resíduos emitido pela Entidade Reguladora (ERSAR)
Devolver à Terra	OA10.48. Promover a compostagem em meio escolar através do aumento da consciência ecológica dos alunos, professores, famílias e comunidade sobre a importância de separar e valorizar os biorresíduos



OE11 Promoção de políticas ativas de compras públicas sustentáveis em Portugal, desenvolvendo um trabalho a longo prazo tendo em vista a integração de critérios de sustentabilidade nesta atividade.

Área de trabalho	Objetivo Anual
Compras públicas sustentáveis	OA11.1. Desenvolver um plano de ação que identifique estado da área, necessidade de recursos, os <i>stakeholders</i> externos e internos de interesse na temática de compras publicas

OE12 Contribuir para a redução da presença de substâncias químicas perigosas para o ambiente e para a saúde humana, através do reforço da legislação europeia e da capacitação dos cidadãos para que possam evitar a sua presença no quotidiano.

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
Life ChemBee	OA12.1. Formar até 70 Eco-embaixadores em duas ações de formação sobre químicos no quotidiano
	OA12.2. Implementar uma campanha de comunicação sobre químicos no quotidiano
Promoção da Scan4Chem	OA12.3. Promover a divulgação da aplicação Scan4Chem do projeto LIFE AskREACH
Projeto com EEB	OA12.4. Definir e implementar uma estratégia de acompanhamento das políticas públicas na área dos químicos

OE13 Acompanhar as negociações de acordos comerciais (legislação europeias) com o intuito de assegurar que os princípios da sustentabilidade são garantidos.

Não estão previstas ações em 2024.

2. Clima Energia e Mobilidade

Clima

OE14 Ter Portugal alinhado com o 1,5°C do Acordo de Paris, i.e., numa trajetória de -60% de emissões em 2030, -55% de emissões em 2028, em relação ao ano de 2005.

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
-------------------	------------------



Shipping Campaign (1Jan - 31Dez 2024)	OA14.1 Promover o debate e aumentar o conhecimento geral sobre as emissões do setor do transporte marítimo e sobre as propostas de descarbonização defendidas pela ZERO.
	OA14.2 Influenciar a tomada de decisão ao nível nacional e regional para colocar o setor do transporte marítimo numa rota de descarbonização, alertando contra falsas soluções como o GNL e biocombustíveis.
	OA14.3 Promover a implementação dos objetivos previstos no DL 84/2022 no que diz respeito à quota mínima de energia renovável no transporte marítimo (e aviação) que, a partir de 2027, deverá ser de 6%. e de 9% a partir de 2029.
AtIECA Campaign (1Jan - 31Dez 2024)	OA14.4 Influenciar todos os países do Atlântico Nordeste (Portugal, Espanha, França, Reino Unido, Irlanda, Ilhas Faroé, Islândia e Gronelândia) a submeterem uma proposta de Área de Emissões Controladas (ECA) de enxofre e óxido de azoto no Atlântico Nordeste na 83.ª sessão do Comité de Proteção do Ambiente Marinho, garantindo que Portugal assume papel de liderança no processo.
MedOcean (1set2023 - 31ago2024)	OA14.5 Promover o debate e aumentar o conhecimento geral sobre os impactes associados à implantação massiva de eólicas offshore e a necessidade de equilibrar a transição energética com a proteção da biodiversidade.
	OA14.6 Influenciar a tomada de decisão ao nível nacional e regional para colocar o setor do transporte marítimo numa rota de descarbonização, alertando contra falsas soluções como o GNL e biocombustíveis.
EC DEAR ATIVA	OA14.7 consciencializar as pessoas dos impactos das eleições europeias e dos seus resultados no tocante ao clima e políticas conexas
Travel Smart	OA14.8 Promover a implementação de targets de redução de emissões de voos em 50% até 2025 (face a 2019), junto de entidades nacionais
	OA14.9 Promover a campanha Travel Smart junto da administração pública, incitando à implementação de targets de redução de emissões de voos
	OA14.10 Envolvimento nas várias iniciativas da Campanha ao longo do ano, e iniciativas da T&E relacionadas
Promover e Acelerar a Redução Gradual de HFC na Europa até 2050 (1 Fev 2024 a 31 Jan 2025)	OA14.11 Promover a adoção atempada do novo regulamento europeu dos gases fluorados em Portugal, pressionando para a estratégia nacional priorizar a substituição dos HFCs por alternativas naturais e não novas gerações de sintéticos
	OA14.12 Monitorizar o comércio ilegal
	OA14.13 Sensibilização do público geral
	OA14.14 Contribuir para a Coligação



Pathways Explorer: ferramenta interativa web-based de cenarização das emissões de GEE para Portugal até 2050	OA14.15 Implementar ferramenta de modelação das emissões	
	OA14.16 Elaborar recomendações e comunicar os principais insights	
ECF - hidrogénio e biometano	OA14.17 Promover uma produção de Hidrogénio Sustentável em Portugal junto dos stakeholders da cadeia de valor	
European Climate Pact	OA14.18 Envolver sociedade Civil no combate às alterações climáticas.	
	OA14.19 Representação transversal da sociedade (chegar a várias comunidades)	
	OA14.20 Representatividade geográfica	
Responsible Net Zero Aviation (1Jan – 31Ago 2024)	OA14.21 Promover a adoção atempada dos mandatos do RefuelEU Aviation em Portugal (até à data limite deste projeto Agosto 2024)	
	OA14.22 Promover o estabelecimento da cadeia de valor de produção de e-querosene em Portugal (até à data-limite deste projeto Agosto 2024)	
	OA14.23 Promover a importância da contabilização e regulamentação dos efeitos não-CO2 da aviação para a descarbonização e para uma melhor qualidade do ar nas áreas de impacto dos aeroportos (até à data-limite deste projeto Agosto 2024)	
	OA14.24 Colocar a descarbonização da aviação na agenda em Portugal	
	OA14.25 Tarefas de aprendizagem e gestão do projeto	
ECF Clima (1Set 2023 – 31Ago 2024)	OA14.26 Aumentar o debate e a consciencialização pública da urgência da aplicação da Lei de Bases do Clima	
	OA14.27 Reforçar o diálogo com as ONG, entidades relevantes e os responsáveis políticos em Portugal para a rápida implementação de medidas no âmbito da Lei do Clima portuguesa	
	OA14.28 Promover junto das entidades relevantes a necessidade de Portugal ter urgentemente uma Estratégia Industrial Verde para assegurar uma transição energética robusta e célere	
	OA14.29 Promover a aprovação do PNEC alinhado com 1,5°C	

Energia

OE15 Ter 90% de energia renovável no setor da eletricidade em 2028.

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
Together for 1.5	OA15.1 Promover a ambição das metas no âmbito da revisão do PNEC

OE16 Ter 49% de energia renovável no consumo de energia final do país em 2028

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
-------------------	------------------



NECPlatform	OA16.1 Promover a participação das autoridades locais no processo de revisão do PNEC
-------------	--------------------------------------------------------------------------------------

OE17 Redução de pelo menos 35% no consumo de energia primária até 2028, em relação ao ano de 2005.

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
ECF Edifícios	OA17.1 Implementação eficaz da Diretiva de Eficiência Energética e da Diretiva de Desempenho Energético dos Edifícios em Portugal

Mobilidade

OE18 23% de renováveis no consumo final de energia no setor dos transportes até 2028

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
ECF Mobilidade	OA18.1 Promover a transição para automóveis, carrinhas, camiões e autocarros elétricos
	OA18.2 Promover a melhoria da qualidade do ar e a mobilidade sustentável nas cidades"
<i>Shipping Campaign</i>	OA18.3 Promover a implementação dos objetivos previstos no DL 84/2022 no que diz respeito à quota mínima de energia renovável no transporte marítimo (e aviação) que, a partir de 2027, deverá ser de 6%. e de 9% a partir de 2029.

OE19 35% de redução de emissões no setor dos transportes até 2028, em relação ao ano de 2005.

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
ECF Mobilidade	OA19.1 Promover uma mobilidade sustentável no âmbito dos objetivos nacionais e europeus
	OA19.2 Ações de advocacia junto dos decisores e outros intervenientes-chave para apoiar e promover a implementação de uma mobilidade partilhada, flexível e integrada
	OA19.3 Ações de advocacia junto dos decisores e outros intervenientes-chave para apoiar e promover a implementação de sistemas de micrologística nas áreas urbanas
	OA19.4 Fazer campanha a favor da utilização dos comboios como uma forte alternativa ambiental à utilização de automóveis, camiões e aviões. Continuar a defender ativamente a importância do investimento do país no sector ferroviário
Travel Smart	OA19.5 Promover a implementação de targets de redução de emissões de voos em 50% até 2025 (face a 2019), junto de entidades nacionais



	OA19.6 Promover a campanha Travel Smart junto da administração pública, incitando à implementação de targets de redução de emissões de voos	
Shipping Campaign	OA19.7 Influenciar a tomada de decisão ao nível nacional e regional para colocar o setor do transporte marítimo numa rota de descarbonização, alertando contra falsas soluções como o GNL e biocombustíveis.	
	OA19.8 Promover o debate e aumentar o conhecimento geral sobre as emissões do setor do transporte marítimo e sobre as propostas de descarbonização defendidas pela ZERO.	
AtIECA Campaign	OA19.9 Influenciar todos os países do Atlântico Nordeste (Portugal, Espanha, França, Reino Unido, Irlanda, Ilhas Faroé, Islândia e Gronelândia) a submeterem uma proposta de Área de Emissões Controladas (ECA) de enxofre e óxido de azoto no Atlântico Nordeste na 83.ª sessão do Comité de Proteção do Ambiente Marinho, garantindo que Portugal assume papel de liderança no processo.	

3. Solo e Gestão do Território

OE20 Atingir um balanço neutro de degradação do solo e recuperação de 100% dos solos degradados e contaminados a nível nacional.

Área de trabalho	Objetivo Anual
Política Pública – Combate à desertificação	OA20.1 Acompanhar a revisão do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD).
Projeto Solo (parceria CURIOSOIL)	OA20.2 Desenvolver projeto na área da educação para o solo em parceria com a CURIOSOIL

OE21 Garantir que há uma redução líquida da área artificializada do solo, invertendo a tendência atual.

Área de trabalho	Objetivo Anual
Movimento Dunas Livres	OA21.1 Contestar os projetos turísticos que vão ocupar a península de Troia
Movimento Alagoas Brancas	OA21.2. Acompanhar o plano de intervenção de recuperação e requalificação da área

Outras áreas de trabalho não englobadas em objetivos estratégicos

Área de trabalho	Objetivo Anual
Política Pública - Participação	Conceber um projeto para a aplicação do Diagnóstico Rural Participativos (DRP)

4. Água e Oceanos



OE22 Garantir que é alcançado o bom estado de 100 % das massas de água, superficiais e subterrâneas, conforme definido na Diretiva Quadro da Água.

Área de trabalho	Objetivo Anual
Política Pública	OA22.1 Monitorizar o cumprimento dos caudais definidos no âmbito da Convenção de Albufeira e defender a necessidade de implementação de regimes de caudal ecológico a todas as infraestruturas hidráulicas bem como de um programa de monitorização e de avaliação da eficácia dos regimes definidos.

OE23 Promover a eficiência hídrica nos vários sectores de atividade com vista a uma redução do consumo, per capita, de água em 20% até 2028.

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
Política Pública - PNUEA	OA23.1 Advogar pela revisão do PNUEA 2020
Política Pública – Revisão Regulamento geral	OA23.2 Advogar pela Revisão do Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais como meio para promover a utilização de sistemas de reutilização de águas cinzentas e aproveitamento de águas pluviais.
Política Pública – Planos de Eficiência	OA23.3 Acompanhar a implementação das medidas definidas nos Planos de Eficiência Hídrica do Alentejo e Algarve
Projeto MEDwater	OA23.4 Monitorizar a aplicação e eficácia do Programa Nacional de Ordenamento do Território (PNPOT)

OE24 Concretização da antecipação, para 2026, da meta de criação de 30% de Áreas Marinhas Protegidas (AMP) e de conservação de, pelo menos, 10% das áreas costeiras e marítimas nacionais de forma estrita.

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
Oceano	OA24.1 Exigir a implementação de planos de gestão para todas as AMP em território nacional que mobilizem meios de monitorização e fiscalização robustos e eficientes, por forma a garantir o cumprimento dos objetivos de conservação e recuperação dos ecossistemas.
	OA24.2 Exigir publicamente a alocação de meios financeiros para a vigilância e fiscalização das atividades interditas e/ou condicionadas e para a implementação de medidas compensatórias para atividades económicas que sejam afetadas, temporária ou definitivamente com a criação de AMP.
	OA24.3 Garantir continuidade e robustez de financiamento para trabalho de advocacia e comunicação na área do Oceano

OE25 Efetivar a aplicação do princípio da precaução, implementando uma moratória à mineração em mar profundo aplicável a toda a Zona Económica Exclusiva e plataforma continental estendida.



Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
Oceano	OA25.1 Participar e estimular o debate público sobre os potenciais impactos negativos da mineração em mar profundo, exigindo maior rigor científico e transparência na tomada de decisões relativas à mineração em mar profundo.
	OA25.2 Participar mais ativamente na mobilização da sociedade civil em torno de uma moratória, exercendo maior pressão junto das autoridades.

OE26 Promover a Literacia do Oceano, nas comunidades escolares em particular e na sociedade em geral, por forma a capacitar e mobilizar os cidadãos para a ação em prol da conservação do oceano.

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
SeaTales “Promover a Literacia do Oceano e a sustentabilidade ambiental nas comunidades escolares”	OA26.1 Criação de um currículo de apoio aos docentes do ensino básico na integração dos temas do oceano em diferentes disciplinas
	OA26.2 Formação de professores do ensino básico e secundário para a incorporação dos temas do oceano e atividades relacionadas em contexto de sala de aula - programa formativo

Outras áreas de trabalho não englobadas em objetivos estratégicos

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
Jovens Detetives Ambientais	Contribuir para a proteção e recuperação dos ecossistemas ribeirinhos desenvolvendo a consciência ecológica e o espírito crítico de crianças e jovens em idade escolar.
Projeto água da torneira	Motivar a adesão à campanha água da torneira
	Comunicar, junto dos mais jovens, sobre os benefícios associados ao consumo de água da torneira e sobre os impactos associados ao consumo de água engarrafada

5. Biodiversidade, Agricultura e Florestas

OE27 Garantir a aplicação das medidas definidas na Lei do Restauo.

Área de trabalho	Objetivo Anual
Lei do Restauo	OA27.1 Capacitação interna para a participação no plano nacional de restauo da natureza



OE28 Acompanhar a implementação da política florestal e de prevenção dos fogos rurais.

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
Política Pública - transformação da paisagem	OA28.1 Acompanhar a implementação do Programa de Transformação da Paisagem (implementação das AIGP/OIGP e condomínios de aldeia)
Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais	OA28.2 Acompanhar Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais
	OA28.3 Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados no âmbito do PNGIRF
Política Pública – Manifesto de corte	OA28.4 Monitorizar o Sistema de Informação de Manifesto de Corte (SiCorte)

OE29 50% dos Municípios com circuitos curtos alimentares colaborativos implementados, em que os alimentos são produzidos, comercializados e consumidos dentro da sua área geográfica, respeitando a sazonalidade e garantindo a obtenção de valor acrescentado para o território.

Área de trabalho	Objetivo Anual
Política Pública	OA29.1 Advogar pela priorização dos circuitos curtos (CC) agroalimentares e os sistemas participados de garantia na política agrícola nacional

OE30 Integração de, no mínimo, 50% de alimentos produzidos em modo de produção biológico nas ementas escolares e de 75% na fruta escolar (desenvolvimento de metas progressivas bianuais até 2030).

Área de trabalho	Objetivo Anual
Política Pública - agricultura biológica	OA30.1 Acompanhar execução da estratégia nacional da Agricultura Biológica (ENAB) e do plano de ação.
Política Pública - PANUSPF	Acompanhar a revisão do Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável de Produtos Fitofarmacêuticos (PANUSPF)

OE31 Integração de proteína vegetal nas ementas escolares de forma que represente 25% do aporte proteico das refeições semanais (almoços/jantares) em todos os graus de ensino.

Área de trabalho	Objetivo Anual
------------------	----------------



Política Pública – promoção da proteína vegetal	Promover a adoção das medidas do Plano Nacional de Promoção à Proteína Vegetal.
-------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------

OE32 5% das explorações agrícolas adotam práticas agroecológicas (técnicas de produção agrícola que copiem e otimizem os processos ecológicos que ocorrem nos ecossistemas naturais).

Área de trabalho	Objetivo Anual
Promoção das práticas agro-ecológicas	Conceber um projeto/candidatura para criação de uma rede de movimentos promotora da agroecologia como solução contra a desertificação

OE33 Aumento da eficácia da Política pública de conservação da natureza e da biodiversidade

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
Passaporte da Natureza	Desenvolver web application "Passaporte da Natureza"
Parceria Rewilding Portugal	Promoção da renaturalização como ferramenta central da política pública para as áreas classificadas
Política Pública - SIC	Propor a designação de SIC das serras da Boavista e do Bouro
Política Pública - Aquicultura	Monitorizar a instalação de aquiculturas em áreas classificadas
Política Pública - PACLobo	Exigir a revisão do PACLobo
Política Pública – Plano de ação	Acompanhar implementação do Planos de Ação do Saramugo e Aves Necrófagas
Política Pública - Cadastro	Comunicar atraso no Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados
Manifesto Programa de Revitalização da Serra da Estrela	Contestar projetos problemáticos no PRPNSE

OE34 Incremento da área de floresta biodiversa, multifuncional e resiliente em Portugal

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
Myrica	Restaurar 2 habitats prioritários: faial-medronhal e zimbral dunar nos talhões



	144 e 160 da Mata de Leiria (7ha)
Política Pública – espécies autóctones	Promover o investimento em espécies autóctones
Política Pública – reconversão eucaliptal	Exigir a reconversão da área ocupada por eucaliptal abandonado nas áreas classificadas e que a área total de eucaliptal em Portugal não aumente

OE35 Aumento da eficácia da Política pública na área da Floresta

Áreas de trabalho	Objetivos Anuais
Biomassa	Aumentar a consciencialização da população sobre a utilização insustentável da floresta para energia
	Advogar pela adoção de medidas políticas em prol da redução da utilização insustentável da biomassa
CLUA - FERN	Acompanhar e divulgar a implementação do Regulamento Europeu Anti-Desflorestação (EUDR)

VI. Recursos Humanos

Neste momento a ZERO tem vinte e três trabalhadores, três em regime de part-time e vinte a tempo inteiro. No conjunto dos trabalhadores, catorze estão englobados na área temática Clima, Energia Mobilidade. É também neste grupo que colaboram os três prestadores de serviços que complementam este grupo. Há ainda uma estagiária. Esta força de trabalho remunerada é complementada por um grupo alargado de voluntários, área onde é mais difícil definir um número específico, visto que existem diferentes níveis de interação com a ZERO.



VII. Monitorização e Revisão do Programa de Atividades

Este Programa de atividades é monitorizado ao longo do ano pelos respetivos responsáveis pelos objetivos anuais (OA) e pelos coordenadores e/ ou responsáveis pelos objetivos estratégicos (OE).

No início do ano seguinte, entre 15 de janeiro e 15 de fevereiro, os coordenadores, em colaboração com os seus colaboradores, procedem à avaliação anual, que deverá informar o relatório de atividades referente ao Programa de Atividades definido no ano anterior.

Semestralmente deverá ser feito um ponto de situação sobre o andamento das atividades, de forma a garantir que existe capacidade de corrigir desvios e identificar atempadamente barreiras que possam ter surgido à concretização de determinados objetivos.

27 de março de 2024

A Direção da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável